

**EDITAL DE LEILÃO - ALIENAÇÃO JUDICIAL****Cartório: 1ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA****Processo: 0042897-64.2006.8.07.0001****Autor(es)/Exequente(s): MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITÓRIOS****Réu(s)/Executado(s): RONAN BATISTA DE SOUZA****Advogado(s): JOSE GOMES DE MATOS FILHO (5137DF), DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO (42791DF)****Réu(s)/Executado(s): ELSON JOSE DE ALMEIDA****Advogado(s): ADOLFO MARQUES DA COSTA (6457DF), PEDRO CALMON MENDES (11678DF), FERNANDO TALA DE SOUZA (32607DF)****Réu(s)/Executado(s): LAZARO SEVERO ROCHA****Advogado(s): JOSE GOMES DE MATOS FILHO (5137DF), DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO (42791DF)****Interessado: NELSON JOSE DE ALMEIDA****Interessado: R-TRES MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA - ME****Advogado(s): VIVIANE NUNES DE MIRANDA****Interessado: CARLOS ANTONIO DE MELO****Interessado: MARCOS HENRIQUE RIBEIRO LIMA****Advogado(s): CARLOS AUGUSTO RIBEIRO LIMA****Interessado: SILADI ALVES DA SILVA****Interessado: IZAIAS BORGES NEVES****Interessado: IRMA COLTZ****Advogado(s): PEDRO CALMON MENDES, SUZANE ALINE DA CUNHA MOULIN NOGUEIRA****Interessado: TIAGO DE PEDRAS CARNEIRO****Advogado(s): GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA****Interessado: SANDRO ANTONIO DE BRITO****Interessado: OCUPANTE****Interessado: MJ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA****Advogado(s): LEONARDO SOLANO LOPES****Interessado: RA XVI LAGO SUL****Interessado: MARIA HELENA DE CASTRO ANTUN ROCHA****Advogado(s): DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO, JOSE GOMES DE MATOS FILHO****Código LeiloJus: #1627**

O(A) Excelentíssimo(a) Sr(a). Dr.(a) **Ana Claudia Loiola de Moraes Mendes**, Juiz(a) de Direito da **1ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA**, no uso das atribuições que a lei lhe confere, torna público que, no(s) dia(s) e hora abaixo especificado(s) será(ão) levado(s) a LEILÃO o(s) bem(ns) descrito(s) no presente edital.

FORMA DE REALIZAÇÃO:

O leilão realizar-se-á de forma **ELETRÔNICA** por meio do portal www.brunoleiloes.com.br, sendo conduzido pelo(a) leiloeiro(a) oficial **BRUNO HENRIQUE LOPES**, portador(a) do CPF nº **072.261.849-23**, inscrito(a) na JUCIS/DF sob o nº **113**.

DATAS E HORÁRIOS (horários de Brasília):

O **1º pregão** inicia-se no dia **3 de fevereiro de 2026, às 17h10min**, por valor equivalente ou superior a **100,00%** da avaliação, permanecendo aberto por 10 minutos. O sistema estará disponível para recepção de lances, com no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para o 1º pregão (art. 11 da Resolução 236/2016 do CNJ). Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á no sistema sem interrupção até o próximo evento.

O **2º pregão** inicia-se no dia **6 de fevereiro de 2026, às 17h10min**, permanecendo aberto para lances por mais 10 minutos, que não poderão ser inferiores a **50,00%** da avaliação, conforme decisão de ID **256984508**.

Sobrevindo lance nos 03 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em 03 (três) minutos e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 03 (três) minutos, para que todos os USUÁRIOS interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (artigo 21 da Resolução 236 CNJ de 13 de julho de 2016), passados 03 (três) minutos sem novo lance, o leilão será encerrado.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do **leiloeiro(a)** e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a apreciação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail.

DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DOS BENS

•Sala nº. 316, 3º pavimento, do Bloco C, edificada nos lotes nº. 625, 635, 645, 655, 665, 675, 685 e 695, do Trecho 03, SIA, Brasília/DF, com a área privativa de 32,32m², área comum de divisão não proporcional de 4,96m², área comum de divisão proporcional de 1,39m³, área total de 38,67m², fração ideal do terreno e das demais coisas de uso comum de 0,001376. Obs.: Possui piso de granito e banheiro de cerâmica, em bom estado de conservação. Imóvel matriculado sob o nº. 30.801 no Cartório de Registro de Imóveis do 4º Ofício do Distrito Federal.. Dados do registro do imóvel: Não consta. Inscrição do imóvel no registro fazendário: Não consta.

Avaliação: **R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais)**, conforme avaliação de ID 244308438.

•Sala nº. 127, situada no 1º pavimento do Bloco A – Comércio local da QI-33, do SRIA/Guará, da cidade de Brasília/DF, com a área privativa de 28,98m², área comum de 3,05m², área total de 32,03m² e respectiva fração ideal de 0,006775 do terreno

constituído pelo lote A. Imóvel matriculado sob o nº. 7.929 no Cartório de Registro de Imóveis do 4º Ofício do Distrito Federal.. Dados do registro do imóvel: Não consta. Inscrição do imóvel no registro fazendário: Não consta.

Avaliação: R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), conforme avaliação de ID 248224717 .

•Sala nº. 210, situado no 2º pavimento do Bloco A, Comércio Local, da QI-33, do SRIA/Guará, da cidade de Brasília/DF, com a área privativa de 31,19m², área comum de 3,29m², área total de 34,48m², e a respectiva fração ideal de 0,007292 do terreno constituído pelo lote A. Obs.: Sala reformada, composta por recepção, banheiro, dividida em duas salas, em excelente estado de conservação. Imóvel matriculado sob o nº. 8.785 no Cartório de Registro de Imóveis do 4º Ofício do Distrito Federal.. Dados do registro do imóvel: Não consta. Inscrição do imóvel no registro fazendário: Não consta.

Avaliação: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme avaliação de ID 249318985.

DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS (IPTU/TLP e IPVA), ÔNUS REAIS E OUTRAS:

01) Indisponibilidade nos autos nº. 2006.01.11.9292-2, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF Indisponibilidade nos autos nº. 2006.01.1.119327-5, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF Indisponibilidade nos autos nº. 2006.01.1.124943-8, em trâmite na 1ª Vara Criminal Especial Judiciária de Brasília/DF Indisponibilidade nos autos nº. 2006.01.1.124940-5, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF Penhora nos autos nº. 0103421-09.2011.8.07.0015, em trâmite na 1ª Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal Penhora nos autos nº. 0811400-07.2006.5.10.0020, em trâmite na Secretaria de Execuções Especiais e Pesquisa Patrimonial de Brasília/DF Penhora nos autos nº. 2005.01.1.131995-9, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária Item 02) Indisponibilidade nos autos nº. 2006.01.1.119327-5, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária Item 03) Indisponibilidade nos autos nº. 2006.01.1.119327-5, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF Penhora nos autos nº. 2008.01.1.148786-5, em trâmite na Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária. Caberá ainda à parte interessada verificar outros débitos incidentes sobre o imóvel/veículo que não constem dos autos, conforme determina o art. 18 da Resolução 236/CNJ. Os débitos anteriores ao leilão de natureza propter rem (como débitos condominiais) e os débitos tributários anteriores (como IPTU e Taxa de Limpeza Pública - TLP, ou IPVA) sub-rogam-se sobre o valor da arrematação, nos termos do art. 908, §1º do CPC e art. 130, parágrafo único do CTN. Para terem preferência sobre os demais créditos, o Arrematante deverá informar tais débitos no processo judicial, apresentando extratos comprobatórios (arts. 323, 908, §§ 1º e 2º, do CPC e art. 130, parágrafo único, do CTN).

DÉBITO DA DEMANDA PROCESSUAL:

R\$ 0,00 (zero reais), conforme consta no Cálculo de ID 256984508.

CONDIÇÕES DE VENDA E PARTICIPAÇÃO:

Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do(a) leiloeiro(a) www.brunoleilos.com.br, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de endereço e se for pessoa jurídica CNPJ e contrato social (resolução 236/2016 CNJ, arts. 12 a 14).

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

A venda será efetuada no estado de conservação em que se encontra o bem, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, não cabendo responsabilização da leiloeira ou do Juízo por vícios ocultos ou não. São de responsabilidade do arrematante os atos de transferência de propriedade, baixa de gravames e imissão na posse, bem como taxas e emolumentos do depósito público, se houver. (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do Código de Processo Cível).

PAGAMENTO E RECIBO DE ARREMATAÇÃO:

A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC), através de guia de depósito judicial em favor do Juízo desta 1ª VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA, que poderá ser emitida pelo(a) leiloeiro(a).

COMISSÃO DO(A) LEILOEIRO(A):

A comissão devida ao(a) leiloeiro(a) será de **5.00% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, mediante pagamento de guia de depósito judicial, vinculado ao respectivo juízo, conforme Provimento Judicial 51/2020 do TJDF.

Não será devida a comissão ao leiloeiro na hipótese de desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública. Na hipótese de acordo ou remição após a alienação, o leiloeiro fará jus à comissão.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Eventual ressarcimento ao depositário das despesas com a desmontagem, a remoção, o

transporte, a transferência, a guarda e a conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, correrão por conta do arrematante, mediante pagamento de guia de depósito judicial.

O(A) leiloeiro(a) fica desde já desobrigado(a) de proceder à leitura do presente edital, presumindo-se de conhecimento de todos os interessados. O(A) leiloeiro(a) público oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº. 236 de 13/07/2016 do CNJ.

ATENÇÃO: o(a) leiloeiro(a) oficial não faz acompanhamento processual para os arrematantes, devendo o próprio interessado acessar o sítio eletrônico do TJDFT (www.tjdft.jus.br) para acompanhar o desenrolar da arrematação e, se necessário for, deverá constituir advogado para requerer diligências e demais providências pertinentes após a realização da arrematação, nos termos do art. 103 do CPC.

Fica o(a) leiloeiro(a) autorizado(a) a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Nos termos do provimento Judicial 51/2020, o(a) leiloeiro(a) Oficial ou o arrematante poderão usufruir da assinatura eletrônica ou da assinatura digital no auto de arrematação utilizando certificado digital A3 ou equivalente, na forma da normatização do ICP-Brasil, conforme decisão judicial.

Em relação aos lances ocorridos, os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do(a) leiloeiro(a) em até 24 horas, o(a) leiloeiro(a) comunicará imediatamente o fato ao Juízo (podendo incorrer nas penalidades legais, conforme Artigos 335 e 358 do Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, à critério do juízo, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação ou esta será resolvida, na forma do art. 903, § 1º, III. ficando o arrematante faltoso impedido de participar de eventual novo leilão, na forma do art. 897, ambos do CPC.

Ficam os interessados intimados com a publicação do presente edital, que será feita na página do TJDFT (www.tjdft.jus.br). Nos termos do art. 887, §1º do Código de Processo Civil e em site especializado do(a) leiloeiro(a) e por todos os meios de comunicação por ele escolhidos para

maior divulgação da venda.

Nos termos do art. 889, parágrafo único, do Código de Processo Civil, caso o(s) executado(s) revel e sem advogado nos autos, não seja encontrado para intimação, considera-se intimado por meio do presente edital.

Brasília, 28 de novembro de 2025.
Juíza Ana Claudia Loiola De Moraes Mendes